



1 Às nove horas do dia vinte e um de junho de dois mil e dezesseis, na sede do Tribunal de Contas
2 dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva
3 Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **CEZAR COLARES**; presentes os Conselheiros,
4 **ALOÍSIO CHAVES, JOSÉ CARLOS ARAÚJO, MARA LÚCIA, ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES**
5 **e SÉRGIO LEÃO**; ausência justificada do Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**; presença da
6 Procuradora Geral do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará,
7 **ELISABETH SALAME DA SILVA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos
8 Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do
9 Regimento Interno desta Corte. Convocado o Conselheiro Substituto, **ALEXANDRE CUNHA**, para
10 apresentar proposta de Decisão, nos termos do inciso II, do Artigo 72 do Regimento Interno
11 desta Corte. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram
12 anunciados os processos: **Processo nº 201603804-00; Secretaria Municipal de**
13 **Saneamento de Ananindeua; Revogação de Medida Cautelar**; Responsável: Osmar da
14 Silva Nascimento; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.150, de**
15 **17.06.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator submeteu ao Plenário a
16 revogação da Medida Cautelar concedida através do Acórdão nº 28.842, para deliberação do
17 Tribunal Pleno, nos termos do inciso I, do Art. 146 do RI/TCM/PA. A matéria foi colocada **em**
18 **discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar
19 a revogação da Medida Cautelar apresentada (Resolução nº 12.546). Presidência do Conselheiro
20 Cezar Colares. **Processo nº 201606777-00; Câmara Municipal de Tomé-Açu;**
21 **Representação (Juízo de Admissibilidade)**; Representantes: Ronivan Santos Vaz, Joaldo
22 Takeda Alves, Gedeão Dias Chaves Junior, Clidenor Guedes de Oliveira, Aurenice Correa Ribeiro,
23 Vital Lopes, Domingos Silva e Silva, Diego Rayson de Matos Rodrigues, Genecy Donatti –
24 Vereadores; Representado: Dã Silva Fortunato - Presidente; Relator: Conselheiro Antônio José
25 Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.150, de 17.06.2016**. Cumprindo dispositivo
26 regimental, o Conselheiro Relator apresentou ao Plenário sua decisão, para conhecimento, nos
27 termos do § 2º, do Art. 292 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência
28 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, conheceu da decisão do Relator pela
29 admissibilidade da Representação, com as recomendações constantes no voto. Presidência do
30 Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo.
31 **Processo nº 540012005-00; Prefeitura Municipal de Ourém; Prestação de Contas –**
32 **2005**; Responsável: Raimundo Zoé de Jesus Saavedra; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério
33 Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves;
34 **Publicado no DOE nº 33.150, de 17.06.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
35 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio
36 pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público
37 Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
38 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer



39 prévio pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério
40 Público Estadual. **Por maioria:** com aplicação de multas (Resolução nº 12.547). Presidência do
41 Conselheiro Cezar Colares. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto à exclusão da aplicação das
42 multas. **Processo nº 1330012002-00; Prefeitura Municipal de Cachoeira do Arari;**
43 **Prestação de Contas – 2002;** Responsável: Ademir Fonseca de Oliveira; Instrução: Auditores,
44 Aristides Pinheiro G. Neto e Leonardo Macieira; Ministério Público: Procuradora Maria Regina
45 Cunha; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 33.150, de**
46 **17.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
47 dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com
48 aplicação de multas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu
49 **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela emissão
50 de parecer prévio pela regularidade das contas, com ressalvas. **Por maioria:** com aplicação de
51 multas (Resolução nº 12.548). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Vencida a Conselheira
52 Mara Lúcia quanto à exclusão da aplicação das multas. **Processo nº 400012011-00;**
53 **Prefeitura Municipal de Limoeiro do Ajuru; Prestação de Contas – 2011 – Contas de**
54 **Governo;** Responsável: Norival Rodrigues Pimentel; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério
55 Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares;
56 **Publicado no DOE nº 33.150, de 17.06.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº**
57 **400012011-00; Prefeitura Municipal de Limoeiro do Ajuru; Prestação de Contas –**
58 **2011 – Contas de Gestão;** Responsável: Norival Rodrigues Pimentel; Instrução: 2ª
59 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator:
60 Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.150, de 17.06.2016.** Retirado de Pauta.
61 **Processo nº 520012011-00; Prefeitura Municipal de Oeiras do Pará; Prestação de**
62 **Contas – 2011 – Contas de Governo;** Responsável: Edivaldo Nabeça Leão; Instrução: 2ª
63 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar
64 Colares; **Publicado no DOE nº 33.150, de 17.06.2016.** Cumprindo
65 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
66 se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de
67 cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O
68 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
69 **unanimidade,** decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com
70 aplicação de multa, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual
71 (Resolução nº 12.549). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 520012011-00;**
72 **Prefeitura Municipal de Oeiras do Pará; Prestação de Contas – 2011 – Contas de**
73 **Gestão;** Responsável: Edivaldo Nabeça Leão; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público:
74 Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº**
75 **Publicado no DOE nº 33.150, de 17.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
76 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas,



77 com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada
78 **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**:
79 O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação
80 de multa, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº
81 29.145). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 820012012-00; Prefeitura**
82 **Municipal de Soure; Prestação de Contas – 2012 – Contas de Governo**; Responsável:
83 João Luiz Oliveira Souza Melo; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria
84 Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.150, de**
85 **17.06.2016**. Retirado de pauta. **Processo nº 820012012-00; Prefeitura Municipal de**
86 **Soure; Prestação de Contas – 2012 – Contas de Gestão**; Responsável: João Luiz Oliveira
87 Souza Melo; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha;
88 Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.150, de 17.06.2016**. Retirado
89 de Pauta. **Processo nº 650012013-00; Prefeitura Municipal de Salinópolis; Prestação**
90 **de Contas – 2013 – Contas de Governo**; Responsável: Paulo Henrique Gomes da Silva;
91 Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator:
92 Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.150, de 17.06.2016**. Cumprindo
93 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
94 se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em**
95 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
96 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas,
97 com ressalvas (Resolução nº 12.550). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº**
98 **650012013-00; Prefeitura Municipal de Salinópolis; Prestação de Contas – 2013 –**
99 **Contas de Gestão**; Responsável: Paulo Henrique Gomes da Silva; Instrução: 2ª Controladoria;
100 Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares;
101 **Publicado no DOE nº 33.150, de 17.06.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
102 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas,
103 com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**.
104 A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das
105 contas, com ressalvas (Acórdão nº 29.146). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo**
106 **nº 140022000-00; Câmara Municipal de Belém; Prestação de Contas - 2000**;
107 Responsável: Orlando Reis Pantoja; Instrução: Auditor Alcimar Lobato/6ª Controladoria;
108 Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves;
109 **Publicado no DOE nº 33.150, de 17.06.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
110 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas,
111 com recolhimento, e aplicação de multas. A matéria foi colocada **em discussão**. Após a leitura
112 do relatório, o Conselheiro **José Carlos Araújo** pediu a palavra e assim manifestou-se: "*Vossa*
113 *Excelência, não sei como Vossa Excelência vai votar, mas eu queria só fazer algumas (inaudível).* Isso, eu
114 *sei disso, é só para que Vossa Excelência perceba o seguinte, nós temos aqui na Casa tramitando, com*



115 *certeza, quase oito prestações de contas, de sete a oito prestações de contas de Presidentes da Câmara de*
116 *Belém. Eu posso até fazer um levantamento porque eu tenho discutido isto desde a época do Orlando Reis,*
117 *Walter Arbage, Zeca Pirão, Vitor Cunha, Dr. Castro, Paulo Queiroz. Parece que destes o único que foi*
118 *aprovado, que foi aprovado não, já saiu daqui, foi o do ex Presidente Joaquim Passarinho que hoje é*
119 *Deputado Federal. O resto, todos estão tramitando aqui nessa Casa (Inaudível). Hein? Vitor Cunha, já*
120 *também? Então tá, Vitor Cunha já foi votado. Não tem mais nenhuma dele? Não? Ah, então, isso que eu*
121 *estou (Inaudível). É porque ele foi duas vezes Presidente (Inaudível) isso, mas eu acho que foi Presidente*
122 *duas vezes, é por isso que eu estou falando, eu estou falando isso, dos últimos vinte anos. Então, têm*
123 *estas contas todas que estão tramitando aqui, e todas elas têm os mesmos problemas, e todas elas, essas*
124 *prestações de contas são problemas. Eu vou dar um exemplo, e eu estou dizendo isso, Conselheiro, porque*
125 *eu fico muito tranquilo ao dizer isto, vou dizer porque quando fui Presidente da Casa, que foi um período*
126 *antes desse, e começou inclusive um mandato anterior essas histórias de verba de Gabinete, quando eu fui*
127 *Presidente alguns Vereadores não receberam. Eu fico muito à vontade de dizer isso. Eu me lembro que eu*
128 *contratei uma Contadora e até hoje tenho o maior carinho por ela porque foi uma pessoa que me ajudou*
129 *muito na gestão e na época não existia controle interno nas Câmaras Municipais, não se falava em controle*
130 *interno, eu coloquei a Dra. Aldalice, parece que o nome dela é esse, mãe do Marquinhos daqui do Tribunal*
131 *que vocês sabem quem é, ela que controlava isso, ela que controlava, Aldalice, Valdelice, e ela que*
132 *controlava. Estou colocando isto porque tem Vereadores que hoje são Deputados Federais, Deputados*
133 *Estaduais, que não receberam, porque eu tinha um controle interno, então eu fico muito à vontade de*
134 *dizer que na minha gestão não teve esse problema, mas também isso não é motivo, se a gente for analisar*
135 *e ouvir o relatório no final a conclusão do próprio Auditor, da Controlaria, não é pela rejeição, eu estou*
136 *falando pelo que eu acompanhei, pelo que eu li, não é pela rejeição. Ela coloca os pontos, os problemas*
137 *que são problemas que acontecem nas gestões, tem acontecido principalmente nessa questão de*
138 *prestação de contas, por isso que eu digo que eu fico muito à vontade, Vereadores, isso acontece na*
139 *Assembleia Legislativa, isso acontece na Câmara Federal. Eu me lembro, e a Conselheira Mara vai lembrar*
140 *disso teve um, que até saiu nos jornais, Vereador, que usava o vale, e não era prestação de contas, era*
141 *vale-refeição para comprar coisas íntimas. Saiu até nos jornais isso na época, da esposa dele, isso foi um*
142 *escândalo para ele, até hoje, isso perseguiu a vida toda dele até ele perder a eleição e não conseguir mais*
143 *se reeleger. Ficou famoso em Belém porque ele usava esse tipo de coisa. Então, eu não estou aqui, por*
144 *isso que eu digo, eu fico muito à vontade porque não aconteceu isso na minha gestão, mas eu sei das*
145 *dificuldades e conheço, fui Presidente da Câmara, conheço, e se a gente observar são coisas que estão*
146 *todas embrenhadas em todas as contas, de todas essas. Num dia destes, antes do Conselheiro Alcides sair*
147 *daqui, uma vez nós tivemos uma reunião para discutir sobre Câmara, o Alcides ainda tava aqui, hein? E a*
148 *gente já discutia sobre as prestações de contas das Câmara Municipais, até manta asfáltica em telhado a*
149 *gente chegou a olhar, mandar olhar, os técnicos daqui olharem, se tinha sido colocado ou não. Acho que o*
150 *Conselheiro Cezar já estava aqui. Manta asfáltica, a Auditoria foi verificar no telhado da Câmara, ver se*
151 *estava colocado, porque não estava. Então, só estou fazendo estes questionamentos e levantando isto*
152 *porque eu sei que todas as contas, com certeza, vão estar com os mesmos problemas. Então, eu acho que*
153 *a gente tem que verificar pelos problemas e, no que diz respeito ao valor, eu pedi até para minha*
154 *Assessoria observar, 0.48% (zero ponto quarenta e oito por cento) do orçamento total, essa questão das*
155 *verbas de gabinete. Eu não estou aqui querendo, volto a dizer, passar a mão na cabeça de nenhum ex*
156 *Presidente. Eu só acho o seguinte, a responsabilidade também quando nós estamos julgando e analisando*



157 *contas das Prefeituras, a gente usa muito a expressão de que os Contadores deveriam ser corresponsáveis,*
158 *não é verdade? Então, deveriam colocar também os Vereadores que utilizam de recurso nas prestações de*
159 *contas sendo corresponsáveis com os Presidentes, porque se você for observar isso aí, o grande problema*
160 *está nessa questão da prestação de contas, das prestações de contas dos Vereadores, pode reparar. Então,*
161 *é nesse sentido, Conselheiro, que eu queria só fazer esse levantamento. Não conheço o seu voto, não*
162 *estou aqui questionando, pelo contrário, a realidade é de todos, vai ser, parece que vai ser igual a todos, se*
163 *você perceber isto, e eu estou fazendo só esta observação, no sentido da gente refletir". O Conselheiro*
164 **Aloísio Chaves** pediu a palavra e assim manifestou-se: *"eu quero dizer, Conselheiro José Carlos, que*
165 *ouvi com muita atenção os argumentos de Vossa Excelência. É de se verificar nesse processo, e é isso que*
166 *tem que ser levado em consideração, que houve três hipóteses de análise de contas, em três momentos*
167 *diferentes. Fora isso, houve denúncias feitas ao Ministério Público Estadual com processos abertos que*
168 *foram analisados, que foram julgados. Houve denúncia dentro do Tribunal que foi julgada, que foi*
169 *analisada. Uma coisa que as pessoas não têm conhecimento aí fora, isso é uma coisa interna corporis da*
170 *nossa legislação, e cabe a nós, efetivamente, ter o conhecimento, é que no que concerne a tramitação*
171 *processual uma denúncia paralisa a análise da prestação de contas. Então, às vezes, ela promove o atraso*
172 *na análise daquela conta". Manifestação do Conselheiro **José Carlos Araújo**: "é verdade".*
173 *Manifestação do Conselheiro **Aloísio Chaves**: "na análise daquela conta. É comum, às vezes,*
174 *Vereadores, e Vereadores até dos municípios mais longínquos, acharem que se eles fizerem denúncias*
175 *contra o Prefeito conseguem a condenação mais rápida daquele Prefeito, daquela irregularidade. É uma*
176 *denúncia que o Tribunal vai apurar, naturalmente, pela análise da prestação de contas. Mas aí ele tem que*
177 *paralisar a análise da prestação de contas, fazer a análise da denúncia, e depois de feita a análise da*
178 *denúncia e trazida a julgamento do Tribunal, passando pelo Ministério Público, é que ele retoma a*
179 *tramitação da ação de prestação de contas. Isso causa atraso. Esta prestação de contas tem atraso*
180 *causado por três momentos de apresentação de documentações, fora da análise inicial, tem denúncias*
181 *feitas interna e externamente ao Ministério Público a respeito das contas. Na realidade, há de se verificar*
182 *que a falha teórica deles que seria mais grave e que impedem a aprovação das contas, seria a*
183 *irregularidade na liquidação das despesas relacionadas à prestação de verba de gabinete utilizando CPF's*
184 *falsos. Infelizmente a legislação e a jurisprudência desta Casa obriga a responsabilização do Ordenador.*
185 *Mas, na realidade, nós, pela apuração e pela prestação de contas, sabemos que essas irregularidades não*
186 *foram praticadas pelo Ordenador, foram praticadas pelos Vereadores nos seus Gabinetes. Eles quando*
187 *juntaram a documentação de prestação de contas, foram encaminhadas, foram analisados pelo Tribunal. O*
188 *Tribunal constata que a prestação de contas do Vereador está feita de maneira tal, juntada a comprovação*
189 *com despesas de uma série de CPF's falsos que não tem respaldo nenhum e, portanto, tornam a despesa*
190 *irregular. Mas cabia a responsabilidade maior ao Ordenador perante o Tribunal, e o Tribunal não pode, de*
191 *maneira alguma, dispensar. Nós sabemos que o Presidente, não foi ele diretamente que fez a*
192 *irregularidade, não são nas suas contas e no seu Gabinete a comprovação daquela irregularidade, mas a*
193 *irregularidade está sob as suas contas. Então, é isso que tem que ser analisado, a gente sabe que não foi*
194 *ele diretamente, mas sabe que foi na gestão dele feito pelos Vereadores para os quais ele repassou*
195 *dinheiro e pelos quais ele era responsável pela prestação de contas daqui. Se houvesse uma legislação que*
196 *permitisse interpretar ao contrário, tudo bem. Mas quando se faz a análise fria, jurídica, e legal das contas*
197 *no Tribunal, infelizmente a responsabilidade maior incide sobre isso. São cento e doze mil reais, numa*



198 época já bastante atrasada, mas nós sabemos que isso não é fato. A outra falha que poderia ver aqui,
199 como também na época, foi a falta de um Vereador que depois, na terceira apresentação de documentos,
200 na segunda apresentação depois da prestação de contas, portanto na terceira análise das contas desse,
201 teve um Vereador que não prestou contas de um mês. A responsabilidade, infelizmente, do recolhimento
202 desse valor recai no Presidente da Câmara que devia ter cobrado a providência, etc, etc, etc".
203 Manifestação do Conselheiro **Antonio José Guimarães**: "esse valor é de R\$-4.225,00 (quatro mil,
204 duzentos e vinte e cinco reais)". Manifestação do Conselheiro **Aloísio Chaves**: "é o valor menor, na
205 época. A outra falha que poderia ser considerada de maior repercussão seria a realização de despesas no
206 problema de pessoal, da verba 3111, de R\$-305.000,00 (trezentos e cinco mil reais). Há uma questão de
207 decreto aí, ou alguma documentação que não foi prestado conta. Na realidade, o que houve foi que,
208 segundo o Ordenador, foi solicitado à Prefeitura" (sobreposição de fala). Manifestação do Conselheiro
209 **José Carlos Araújo**: (sobreposição de fala) "ela tinha e não passou". Manifestação do Conselheiro
210 **Aloísio Chaves**: "Ela tinha, houve saldo orçamentário, ela não repassou, aparentemente não, se há o
211 Decreto esse decreto não veio aos autos, mas quando nós fomos verificar para evitar que essa falha,
212 porque a jurisprudência desta Casa no sentido de sanar essas irregularidades, na hipótese de haver saldo
213 orçamentário, o saldo orçamentário teria que ser verificado na Prefeitura e não na Câmara. Teria sido
214 solicitado à Prefeitura. A Prefeitura tinha saldo orçamentário suficiente e folga para isto, mas na
215 consolidação da época, da Prefeitura Municipal de Belém, não consta a consolidação das contas da
216 Prefeitura com a Câmara, e eu não pude checar a liquidação, a evitar a essa, a poder simplesmente não
217 considerar como uma falha, tanto que, neste aspecto, meu voto é no sentido apenas de multa, mas há
218 decisão do Tribunal isentando até, relevando a falha. Mas eu não consegui comprovar isto, porque não há
219 consolidação das contas à época, no ano, no exercício entre a Prefeitura e Câmara Municipal. É porque era
220 lá que era fonte para eu poder verificar isto aí, se tinha sido feita a consolidação, e não consta
221 consolidação. É um exercício bastante anterior. Na realidade, não são atos que o Presidente da Câmara
222 teria sido responsável direto pela irregularidade, mas ele é o responsável perante o Tribunal. Esse que é o
223 encantoamento que eu tenho para concluir o meu voto. Eu não posso esquecer um lado, e nem posso
224 simplesmente isentar do outro, tanto que eu vou fazer multas, mas vou ter que me manifestar pela não
225 aprovação das contas. Então eu vou ler meu voto". Manifestação do Conselheiro **Cezar Colares**: "Pois
226 não, Excelência". Manifestação do Conselheiro **Aloísio Chaves**: "a defesa apresentada pelo
227 Ordenador não foi suficiente para sanar todas as irregularidades em sua prestação de contas,
228 permanecendo, ainda, as seguintes: remessa intempestiva do 4º trimestre; realização de despesa de R\$-
229 307.235,61, sem respaldo orçamentário na rubrica 3111; descumprindo o Art. 59, da Lei nº 4.320, sendo
230 verificado nas contas do Executivo Municipal, processo já apreciado por este Plenário, já foi apreciada as
231 contas da Prefeitura por este Plenário daquele exercício, que os valores da Câmara não foram consolidados
232 no Balanço Geral de 2000; descumprimento do Art. 23, II, "a", da Lei nº 8.666/93, pelo Termo Aditivo da
233 "Open Informática"; ausência de prestação de contas de despesas com Verba de Gabinete, no valor de R\$-
234 2.225,55 (dois mil, duzentos e vinte e cinco reais, e cinquenta e cinco centavos), do Vereador Paulo Gaya;
235 irregularidade na liquidação da despesa relacionada a prestação de contas de Verba de Gabinete utilizando
236 CPF's irregulares. Voto pela não aprovação do exercício, o Ordenador deve recolher R\$-2.225,55 (dois mil,
237 duzentos e vinte e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) pela não aprovação da verba do Paulo Gaya, e
238 ao FUMREAP R\$-1.001,00 (um mil e um reais), pelo descumprimento no atraso da documentação R\$-



239 5.000,00 (cinco mil reais), pelos R\$-307.000,00 (trezentos e sete mil reais), descumprimento do Art 59, R\$-
240 3.000,00 (três mil reais) pela Open, e R\$-1.000,00 (um mil reais) da liquidação dos CPF's irregulares. Esse
241 é meu voto". Manifestação do Conselheiro **Cezar Colares**: "o recolhimento é só dos R\$-2.235,00 (dois
242 mil, duzentos e trinta e cinco reais), Conselheiro?". Manifestação do Conselheiro **Aloísio Chaves**:
243 "só". Manifestação do Conselheiro **Cezar Colares**: "está em votação". Manifestação do Conselheiro
244 **José Carlos Araújo**: "Presidente". Manifestação do Conselheiro **Cezar Colares**: "Conselheiro José
245 Carlos". Manifestação do Conselheiro **José Carlos Araújo**: "eu vou pedir vista, mas antes eu queria
246 fazer uma observação, e poderia até não pedir, deixar colher os votos, porque eu acho que as pessoas tem
247 que votar como acreditam, mas eu vou pedir por um motivo, porque no final o Conselheiro chegou até
248 falar a questão da ação, essa ação foi arquivada, uma ação do Ministério Público, uma denúncia do
249 Ministério Público (Inaudível) eu estou falando isso porque eu venho com o voto, que eu vou pedir vista
250 para isso". Manifestação do Conselheiro **Cezar Colares**: "concedida vista ao Conselheiro José Carlos
251 para oportunamente reposicionar a matéria". Os demais Conselheiros aguardarão o retorno do
252 processo para manifestação. Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**
253 **680022006-00; Câmara Municipal de Santa Izabel do Pará; Prestação de Contas -**
254 **2006; Responsável: Deusdedit Freire Brasil Júnior; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério**
255 **Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves;**
256 **Publicado no DOE nº 33.150, de 17.06.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº**
257 **280022012-00; Câmara Municipal de Curralinho; Prestação de Contas - 2012;**
258 **Responsável: Jair do Socorro Pinheiro Reis; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público:**
259 **Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº**
260 **33.150, de 17.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
261 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o
262 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em**
263 **discussão.** Presença em Plenário do Procurador do Ordenador, Sr. Hideraldo Marcelo de Azevedo
264 Tavares (OAB – 6543), que fez uso da palavra, nos termos do Art. 190 do RI/TCM/Pa.,
265 apresentou documentos, nos termos do Art. 183 do RI/TCM/Pa., e solicitou a reabertura da
266 instrução do processo. Em seguida, o Conselheiro Cezar Colares sugeriu ao Plenário a reabertura
267 da instrução do processo para que seja verificada a alteração contratual, as despesas de janeiro e
268 fevereiro, bem como o processo que tramita na justiça, diante das ponderações efetuadas pelo
269 Procurador. A matéria foi colocada **em discussão.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O
270 Plenário, **à unanimidade**, decidiu autorizar a reabertura solicitada (Resolução nº 12.551).
271 Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 882722002-00; Fundo Municipal de**
272 **Educação de Concórdia do Pará; Prestação de Contas – 2002; Responsáveis: Evaldino**
273 **Bento Celestino (01.01 a 17.03.2002) e Renato Coradassi (18.03 a 31.12.2002); Instrução: 7ª**
274 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator:**
275 **Conselheiro José Carlos Araújo, com pedido de VISTA à Conselheira Mara Lúcia na Sessão do dia**
276 **10/03/2016, e pedido de Vista ao Conselheiro Cezar Colares na Sessão do dia 12/05/2016;**



277 **Publicado no DOE nº 33.150, de 17.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o
278 Conselheiro **Cezar Colares** proferiu seu **VOTO VISTA**, acompanhando o Relator. **Em votação:**
279 na Sessão do dia 10/03/2016, o Conselheiro **José Carlos Araújo** proferiu seu **VOTO VISTA:**
280 *"por considerar iliquidáveis as contas do Ordenador Evaldino Bento Celestino, com o trancamento das*
281 *mesmas, e pela irregularidade das contas do Ordenador Renato Coradassi, com recolhimento, e aplicação*
282 *de multas".* Na Sessão do dia 12/05/2016, a Conselheira **Mara Lúcia** proferiu seu **VOTO VISTA:**
283 *"quanto ao período ordenado pelo Sr. Renato Coradassi, diante da ausência de comunicação expressa, nos*
284 *termos da Citação nº 050/2007/6ª Controladoria/TCM, da existência do lançamento de débito à Conta*
285 *"Agente Ordenador", no importe de R\$-62.343,84 (sessenta e dois mil, trezentos e quarenta e três reais e*
286 *oitenta e quatro centavos), proveniente de divergência na Execução Financeira, entendendo pela*
287 *impossibilidade de responsabilização do mesmo, uma vez não exercido, pelo ordenador, o direito ao*
288 *contraditório e a ampla defesa, apesar do registro da irregularidade, junto à Informação Inicial nº*
289 *060/2007/6ª Controladoria/TCM. Desta forma, entendendo que existe a necessidade de Reabertura da*
290 *Instrução Processual, para Citação do Sr. Renato Coradassi, oferecendo ao mesmo, o direito ao*
291 *contraditório e a ampla defesa, especificamente, para conhecimento da existência do lançamento da conta*
292 *Agente Ordenador, no período ordenado. Considerando as informações já referendadas nos autos, uma*
293 *vez que o falecimento do Sr. Evaldino Bento Celestino ocorreu em 04.12.2003, e a Citação nº*
294 *050/2007/TCM, foi realizada em 12.04.2007, posterior ao falecimento do mesmo, nos termos do art. 29 c/c*
295 *art. 30, da LC Estadual nº 84/2012/TCM, entendendo, que as contas serão iliquidáveis, devendo ser*
296 *considerado o seu trancamento".* Os Conselheiros, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão,
297 acompanharam o Relator dos autos, Conselheiro José Carlos Araújo. A Presidência proclamou a
298 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela iliquidez das contas de Evaldino Bento
299 Celestino e, **por maioria**, pela irregularidade das contas de Ricardo Coradassi, com
300 recolhimento, e aplicação de multas (Acórdão nº 29.147). Presidência do Conselheiro Sérgio
301 Leão. Vencida a Conselheira Mara Lúcia que votou pela reabertura de instrução do processo de
302 responsabilidade do Ordenador Renato Coradassi. Com impedimento do Conselheiro Daniel
303 Lavareda que funcionou nos autos, à época, como Auditor do feito. **Processo nº 1073302013-**
304 **00; Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto de Abel Figueiredo; Prestação de**
305 **Contas - 2013;** Responsável: Cláudio Rodrigues de Oliveira; Instrução: 2ª Controladoria;
306 Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares;
307 **Publicado no DOE nº 33.150, de 17.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
308 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas,
309 com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**.
310 A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das
311 contas, com ressalvas (Acórdão nº 29.148). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo**
312 **nº 183142012-00; Instituto de Previdência Municipal de Breves; Prestação de Contas**
313 **- 2012;** Responsável: José Ivo Cardoso; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público:
314 Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº**
315 **33.150, de 17.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu



316 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com aplicação de
317 multa. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
318 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das
319 contas, com recolhimento, aplicação de multa, e encaminhamento de cópia dos autos ao
320 Ministério Público Estadual (Acórdão nº 29.149). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão.
321 **Processo nº 452122012-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Melgaço;**
322 **Prestação de Contas - 2012;** Responsável: Maria do Pérpetuo Socorro Nascimento dos Reis;
323 **Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator:**
324 **Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 33.150, de 17.06.2016.** Cumprindo
325 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
326 se pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O
327 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
328 **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multa
329 (Acórdão nº 29.150). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação,
330 do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 524912010-00; Fundo Municipal de Saúde de**
331 **Oeiras do Pará; Prestação de Contas - 2010;** Responsável: Jodielson Silva de Oliveira;
332 **Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva;**
333 **Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 33.150, de 17.06.2016.** Cumprindo
334 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
335 se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
336 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
337 pela irregularidade das contas, com aplicação de multa, e encaminhamento de cópia dos autos ao
338 Ministério Público Estadual (Acórdão nº 29.151). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão.
339 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201019567-00;**
340 **FUMBEL - Belém; Prestação de Contas do Termo de Compromisso nº 346/2010**
341 **Responsável: Agrícola Leão Feio Júnior; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha;**
342 **Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 33.150, de 17.06.2016.** Cumprindo
343 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
344 se pela irregularidade das contas, e declarada a idoneidade do beneficiário com o impedimento
345 de receber qualquer tipo de recurso público. A matéria foi colocada **em discussão**. O
346 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
347 **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, declarada a idoneidade
348 do beneficiário com o impedimento de receber qualquer tipo de recurso público, aplicação de
349 multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº
350 29.152). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do
351 Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 1402052013-00; Fundo Municipal de Educação**
352 **de Placas; Prestação de Contas – 2013 – Contas de Gestão;** Responsáveis: Nilda Soares
353 **dos Santos Danette (01.01 a 30.08) e Marcelo Wilton Rodrigues Leal (31.08 a 31.12.2013);**



354 Instrução: 4º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator:
355 Conselheiro Antônio José Guimarães; Advogado/Contador: Raimundo Rafic Salomão; **Publicado**
356 **no DOE nº 33.150, de 17.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
357 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas de
358 responsabilidade da Ordenadora Nilda Soares dos Santos Danette, e pela regularidade das contas
359 de de responsabilidade do Ordenador Marcelo Wilton Rodrigues Leal, com ressalvas. A matéria foi
360 colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a
361 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela irregularidade das contas de
362 responsabilidade da Ordenadora Nilda Soares dos Santos Danette, e pela regularidade das contas
363 de de responsabilidade do Ordenador Marcelo Wilton Rodrigues Leal, com ressalvas (Acórdão nº
364 29.153). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, dos
365 Conselheiros, Cezar Colares e Mara Lúcia. **Processo nº 1342182010-00; Fundo Municipal**
366 **de Assistência Social de Canaã do Carajás; Prestação de Contas – 2010;** Responsável:
367 Inez Pereira de Brito Santos; Instrução: 7º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria
368 Inez Gueiros; Relator convocado para apresentar proposta de decisão: Conselheiro Substituto
369 José Alexandre Cunha (Redistribuído do Gabinete do Conselheiro José Carlos Araújo); **Publicado**
370 **no DOE nº 33.150, de 17.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
371 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria
372 foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Substituto apresentou sua proposta de decisão,
373 ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
374 **unanimidade,** decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multa, e
375 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 29.154).
376 Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar
377 Colares. **Processo nº 201606530-00; Denúncia - 2013;** Denunciantes: Raimundo Jesus G.
378 Consentini, Adervani Mota de Oliveira, Sulpício Santos Marinho e Idemar Figueiredo Teixeira;
379 Denunciado: Marcílio Costa Picanço – Prefeito de Terra Santa; Instrução: Gabinete do Conselheiro
380 Cezar Colares; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.150, de**
381 **17.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator apresentou ao Plenário
382 sua decisão, para conhecimento, nos termos do § 2º do Art. 292 do RI/TCM/Pa. A matéria foi
383 colocada **em discussão.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,**
384 conheceu da decisão do Relator pela admissibilidade da Denúncia. Presidência do Conselheiro
385 Sérgio Leão. **Processo nº 201500613-00 (970012004-00); Prefeitura Municipal de**
386 **Pacajá; Pedido de Revisão** contra a decisão contida na Resolução nº 10.445 (**Juízo de**
387 **Admissibilidade**); Responsável: Pedro Theodoro de Rezende – ex Prefeito; Relator: Conselheiro
388 Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 33.150, de 17.06.2016.** Retirado de Pauta. **Processo**
389 **nº 201604377-00; Câmara Municipal de Novo Repartimento; Pedido de Revisão** contra
390 a decisão contida no Acórdão nº 23.782; Responsável: Genival Pereira Matos; Instrução: 3º
391 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara



392 Lúcia; Advogado/Contador: Ezequias Mendes Maciel (OAB/Pa 16.567); Publicado no DOE nº
393 **33.150, de 17.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
394 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Pedido,
395 com o saneamento das falhas, permanecendo pendente o recolhimento das multas, nos termos
396 do Acórdão nº 23.782, de 04/06/2013 . A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
397 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade,**
398 decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, modificando a decisão pela
399 regularidade das contas, com ressalvas, e manutenção da multa (Acórdão nº 29.155). Presidência
400 do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, dos Conselheiros Cezar Colares e
401 José Carlos Araújo. **Processo nº 180022006-00; Câmara Municipal de Breves; Pedido de**
402 **Revisão** contra a decisão contida no Acórdão nº 24.460; Responsável: Camilo Lopes Gonçalves
403 Neto; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva;
404 Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.150, de 17.06.2016.** Cumprindo
405 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
406 se pelo conhecimento e provimento parcial do Pedido para afastar as irregularidades e multas
407 aplicadas quanto ao não repasse do INSS da totalidade das contribuições retidas dos
408 contribuintes, pagamento irregular de diárias, e ausência do contrato de prestação de serviços,
409 mantendo-se contudo todos os demais termos da decisão atacada. A matéria foi colocada **em**
410 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O**
411 **Plenário, à unanimidade,** decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, com a
412 modificação da decisão pela regularidade das contas, com ressalvas, e a manutenção das multas
413 (Acórdão nº 29.156). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação,
414 do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201207224-00; Fundo Municipal de Saúde de**
415 **Uruará; Pedido de Revisão** contra a decisão contida no Acórdão nº 20.915; Responsável:
416 Suraia Patrícia Ordones; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral
417 Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.150, de**
418 **17.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
419 dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento do Pedido, com a modificação da
420 decisão pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
421 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade,**
422 decidiu pelo conhecimento e provimento do Recurso, com a modificação da decisão pela
423 regularidade das contas (Acórdão nº 29.157). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves.
424 Ausência, por ocasião da votação, dos Conselheiros José Carlos Araújo e Cezar Colares.
425 **Processo nº 201409337-00; Câmara Municipal de Gurupá; Pedido de Revisão** contra a
426 **decisão contida no Acórdão nº 23.577; Responsável: Nivaldo dos Santos Nascimento; Instrução:**
427 **1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio**
428 **Leão; Publicado no DOE nº 33.150, de 17.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o
429 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e



430 provimento do Pedido, com a exclusão da responsabilidade do Ordenador da multa e do valor a
431 recolher relativo à conta "Agente Ordenador", mantendo, porém, a irregularidade das contas. A
432 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
433 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento do
434 Recurso, com a exclusão da responsabilidade do Ordenador da multa e do valor a recolher
435 relativo à conta "Agente Ordenador", mantendo, porém, a irregularidade das contas (Acórdão nº
436 29.158). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. Ausência, por ocasião da votação, dos
437 Conselheiros, José Carlos Araújo e Cezar Colares. **Processo nº 201419432-00; Câmara**
438 **Municipal de Piçarra; Pedido de Revisão** contra a decisão contida no Acórdão nº 25.460;
439 Responsável: Maria Aparecida Nery Fois; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público:
440 Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº
441 **33.150, de 17.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
442 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento do Pedido, com a
443 modificação da decisão pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O
444 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
445 **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, com a modificação
446 da decisão pela regularidade das contas, com ressalvas, e a manutenção da multa (Acórdão nº
447 29.159). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. Ausência, por ocasião da votação, dos
448 Conselheiros, José Carlos Araújo e Cezar Colares. **Processo nº 201420441-00; Prefeitura**
449 **Municipal de Santana do Araguaia; Pedido de Revisão** contra a decisão contida na
450 Resolução nº 11.514; Responsável: Antônio Carvelli Filho; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério
451 Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE
452 **nº 33.150, de 17.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
453 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Pedido de
454 Revisão, com a redução do valor das despesas sem comprovação de prévio procedimento
455 licitatório, mantendo, entretanto, a emissão de parecer prévio contrário à aprovação das contas e
456 a manutenção das multas já aplicadas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
457 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
458 decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Pedido, com a modificação da decisão pela
459 emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal a regularidade das contas da
460 Prefeitura, com ressalva, e a manutenção das multas apontadas na decisão originária: a) R\$-
461 1.001,00 (mil e um reais), pela remessa intempestiva dos Relatórios Resumidos de Execução
462 Orçamentária dos 1º ao 5º bimestres; b) R\$-500,00 (quinhentos reais), em função da diferença
463 apresentada na Receita Orçamentária, e pelas incorreções nos Balanços Financeiro e Patrimonial
464 e Demonstração das variações patrimoniais; c) R\$-1.000,00 (mil reais), pelo descumprimento do
465 Art. 53, III, da LRF, referente aos resultados nominal e primário (Resolução nº 12.552).
466 Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro
467 Cezar Colares. **Processo nº 201607048-00; Entidade Não Codificada de Belém; Agravo**



468 **de Instrumento;** Responsável: B. A. Meio Ambiente; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério
469 Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE**
470 **nº 33.150, de 17.06.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201604512-00; Prefeitura**
471 **Municipal de Paragominas; Consulta – 2016;** Responsável: Paulo Pombo Tocantins;
472 Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.150, de 17.06.2016.** Retirado de
473 Pauta. **Processo nº 201604786-00; Prefeitura Municipal de São João do Araguaia;**
474 **Consulta – 2016;** Responsável: João Neto Alves Martins; Relator: Conselheiro Cezar Colares;
475 **Publicado no DOE nº 33.150, de 17.06.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº**
476 **201400670-00; Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA e Associação Paraense de**
477 **Pessoas com Deficiência - APPD ; Prestação de Contas do Convênio nº 019/2013;**
478 Responsável: Ney Gil Sousa; Instrução: 6ª Controladoria Ministério Público: Procuradora Maria
479 Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. **Publicado no DOE nº 33.150, de**
480 **17.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
481 dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.**
482 O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
483 **unanimidade,** decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 29.160). Presidência do
484 Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, dos Conselheiros, Cezar Colares e
485 José Carlos Araújo. **Processo nº 150012003-00; Prefeitura Municipal de Benevides;**
486 **Reabertura de Instrução Processual- 2003;** Responsável: Luiz de França Solon; Instrução:
487 Auditor Luiz Daniel Lavareda Reis Júnior/6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria
488 Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 33.150, de**
489 **17.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator solicitou a reabertura da
490 instrução do processo. A matéria foi colocada **em discussão.** A Presidência proclamou a
491 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu autorizar a reabertura solicitada (Resolução nº
492 12.553). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião de votação, dos
493 Conselheiros, José Carlos Araújo e Cezar Colares. **Processo nº 350022013-00; Câmara**
494 **Municipal de Irituia; Reabertura de Instrução Processual - 2013;** Responsável: Waldemir
495 Oliveira da Costa; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator:
496 Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.150, de 17.06.2016.** Cumprindo
497 dispositivo regimental, o Conselheiro Relator solicitou a reabertura da instrução do processo. A
498 matéria foi colocada **em discussão.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
499 **unanimidade,** decidiu autorizar a reabertura solicitada (Resolução nº 12.554). Presidência do
500 Conselheiro Sérgio Leão. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA:** o Conselheiro Aloísio Chaves pediu a
501 palavra e assim manifestou-se: "V. Exa. sabe que consultei os Conselheiros deste Tribunal a respeito de
502 uma proposta vinda, V. Exa. conhece, de um grupo da ATRICON que propôs a unificação de todas as
503 associações, ABRACON, ATRICON, e etc., sobretudo liderada por um ex Presidente da ATRICON do Mato
504 Grosso, o Conselheiro Antônio. Oficiei ao Presidente da ABRACON comunicando a posição do Tribunal de
505 Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM/Pa., contrária a esta fusão. Recebi um ofício do



506 *Conselheiro Thiers Montebello, Presidente da ABRACON, nos seguintes termos: “com meus cumprimentos,*
507 *tenho a satisfação de acusar o recebimento do Ofício nº 096/2016 de V. Exa. que menciona a proposta da*
508 *ATRICON sobre a unificação das entidades representativas de seus membros cuja representação objeto de*
509 *deliberação deste Tribunal que concluiu pela sua rejeição. Na qualidade de Presidente da ABRACON recebo*
510 *e acato a decisão deste Egrégio Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará que houve por bem*
511 *opinar pela manutenção da independência e das competências institucionais inerentes a cada entidade. Na*
512 *oportunidade, reitero voto de elevada estima e consideração, Conselheiro Thiers Montebello”.* Presidência
513 do Conselheiro Cezar Colares. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS**
514 **CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão,
515 às doze horas e trinta e cinco minutos da qual foi lavrada a presente Ata. Secretaria Geral do
516 Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e um de junho de dois mil e
517 dezesseis.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

Conselheiro Presidente **Cezar Colares**
Presidente da Sessão

Conselheiro Vice Presidente **Sérgio Leão**
Presidente da Sessão

Conselheiro **Aloísio Chaves**
Presidente da Sessão